MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 11/X-3º/2011-12

(Mais Longe da Saúde!)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Dezembro de 2011 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 15 de Dezembro de 2011, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O Sr. Ministro da Saúde anunciou que o valor das taxas moderadoras para 2012, serão mais do dobro em relação ao preço actual, passando nos Centros de Saúde de 2,25 euros para 5 euros e nas Urgências Hospitalares de 9,60 euros para 20 euros.

Com esta medida o Governo prevê arrecadar uma receita de 100 milhões de euros.

O aumento das taxas moderadoras vai condicionar e até excluir o acesso das pessoas às urgências hospitalares. Estas medidas só seriam admissíveis se os Centros de Saúde funcionassem bem e se todos tivessem direito a médico de família, o que está muito longe de acontecer.

Este aumento, e citando António Arnaut é "injusto e inconstitucional", na nossa Constituição está inscrito que a Saúde é tendencialmente gratuita e não tendencialmente paga.

As novas taxas moderadoras são uma Via Verde para os privados, esta será uma consequência destas medidas. A título de exemplo; a partir de Janeiro uma ida à urgência vai custar o mesmo preço que a CUF Descobertas cobra por uma urgência a um beneficiário de um seguro de saúde, assim como um utente Multicare pagará apenas mais 5 euros por uma consulta de especialidade no Hospital dos Lusíadas do que num hospital público.

A ideia de quem pode deve pagar, fará com que os que podem se afastem do SNS, tornando-se assim o SNS num serviço de saúde para pobres, com um atendimento pobre num País cada vez mais envelhecido e mais empobrecido!

Saúde, um direito a respeitar!

Existem muitos motivos de preocupação neste domínio e recentemente tem sido o Hospital Garcia de Orta a ser notícia, pela falta de ginecologistas/obstetras.

MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 11

A Administração do Hospital tem enviado grávidas em trabalho de parto e consideradas sem risco para outras unidades da região de Lisboa e Setúbal. Esta situação verifica-se desde Novembro em que todas as grávidas dos Concelhos de Almada, Sesimbra e Seixal, em trabalho de parto são encaminhadas para outras maternidades, como Hospital de Santa Maria, Dona Estefânia ou São Francisco Xavier ou da Península de Setúbal.

Só as grávidas em situação de risco são atendidas na urgência obstétrica de Almada.

De acordo com as notícias vindas a público a Administração do HGO, refere que o problema da falta de obstetras tem-se sentido ao longo de todo o ano. Por outro lado os obstetras do HGO, já expressaram a sua "desresponsabilização" por eventuais problemas que ocorram na assistência às parturientes. Os médicos invocam a falta de condições de trabalho, originadas pela insuficiência de profissionais e o elevado número de parturientes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 15 de Dezembro de 2011, delibera:

1- Manifestar a sua profunda preocupação pelo retrocesso e efeitos prejudiciais, destas medidas do governo sobre os utentes do SNS.

2- Reclamar por este meio junto da Administração do HGO que tudo faça, para que não continuem a verificar-se as actuais deslocações de parturientes.

3- Apelar à intervenção do Sr. Presidente da República, para que se cumpra a Constituição.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 16 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)